



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

LENILSON DA FONSECA LACERDA

Presidente da Câmara Municipal de Águia Branca

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 – Decreto 9.245/2021

2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DO CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno do Município de Águia Branca

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Águia Branca

Gestor responsável: Lenilson da Fonseca Lacerda

Exercício: 2021

1. INTRODUÇÃO

A Controladoria Geral elaborou Plano Anual de Atividades para o exercício de 2021, que foi enviado ao Prefeito Municipal e aprovado pelo Decreto nº 9.325/2021, tendo como destaque os trabalhos de Auditoria Interna e Controle Interno, conforme determina o disposto na Lei Municipal nº 1.122/2013 e, na Instrução Normativa SCI Nº 06/2021, bem como em razão da regulamentação da Instrução Normativa 34/2015, Instrução Normativa 68/2020 e, Resolução 227/2011, todas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo na do TCEES.

Ressaltamos que a execução das atividades da Unidade Central de Controle Interno no exercício de 2021 foram prejudicadas, em razão dos seguintes motivos:

- I. Ausência de quantidade de pessoal na estrutura do órgão da Unidade Central de Controle Interno (conforme será demonstrado no quadro de pessoal abaixo) suficiente ao atendimento a alta demanda das atividades inerentes as 04 (quatro) Unidades Gestoras do Município;
- II. Alta demanda de Notificações dos órgãos de Controle Externo, incluindo o Ministério Público Estadual, e a SECONT – Secretaria de Controle e Transparência do Estado do Espírito Santo;
- III. Insuficiência de carga horária da única servidora efetiva no cargo de Auditor Público Interno, formado em Ciências Contábeis que possui carga horária semanal de 20 (vinte) horas;

Denota-se que a Controladoria Geral do Município envidou esforços para no curso do exercício do ano de 2021, realizar o atendimento de todas as notificações



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

dos órgãos de Controle Externo, além de realizar o Acompanhamento do e-SIC, Monitoramento do Portal Transparência, atendimento ao canal de Ouvidoria, e adesão ao e-PREVENÇÃO.

É notório que, apesar do cumprimento parcial das atividades planejadas no Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2021, foram realizadas pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI, avaliações da Unidade Gestora – CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA - no que se refere aos pontos de controle contidos na Tabela Referencial 01 da IN 68/2020, de exigência do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, conforme disposto abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho.	<u>Relatório de Auditoria do Processo nº 4622/2021</u> <u>Listagem de Processos de Despesa Analisados Anexo I, deste Relatório.</u>	Lei 4.320/1964, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Despesas empenhadas do dia 01.01.2021 a 31.12.2021 no total de R\$ 1.613.093,74 Total de 380 processos de despesa empenhados no exercício de 2021. Período Analisado: 12 meses	Amostra de despesas no valor de: R\$ 1.179.957,50 Quantidade da Amostra: 111 processos de despesa. Período Analisado: 12 meses
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	<u>Relatório de Auditoria do Processo nº 4621/2021</u> – parte patronal RPPS Balancete da Despesa Orçamentária - BALEXOD Folha de Pagamento dos servidores – parte patronal RGPS Listagem de Pagamentos disponível no Portal da Transparência	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal 523/02, art. 79 RPPS RGPS	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares	Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal RPPS e RGPS no exercício de 2021: RPPS= R\$ 222.630,76 RGPS= R\$ 79.695,00 Período analisado: 12 meses	100% do Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal RPPS e RGPS no exercício de 2021 Período analisado: 12 meses
1.2.4	Retenção/Repasse de obrigações previdenciárias – parte servidor	Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores - DEMCSE Folha de Pagamento dos servidores – parte servidor RGPS e RPPS Listagem de Pagamentos da Câmara Municipal de Águia Branca	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal, 523/02, art. 79 - RPPS RGPS	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte servidor RPPS no exercício de 2021: R\$ 90.763,90 Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte servidor RGPS no exercício de 2021: R\$ 37.116,12 Período	100% do Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal RPPS e RGPS no exercício de 2021 Período analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					analisado: 12 meses	
1.2.8	Medidas de Cobrança- Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores - DEMCSE Balancete da Despesa Orçamentária - BALEXOD Listagem de Pagamentos ao INSS e ao RPPS	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	Valor Total das Contribuições previdenciárias patronal e servidor sob o Regime de Competência do RPPS e RGPS: R\$ 430.205,78 Período analisado: 12 meses Conforme análise, todas as contribuições foram recolhidas, e não há objeto de cobrança ou parcelamento.	Recolhimento Previdenciário Anual (RPPS e RGPS) Janeiro: R\$35.490,43 Fevereiro: R\$35.022,88 Março: R\$ 40.246,09 Abril: R\$ 37.018,22 Maio: R\$ 38.375,36 Junho: R\$ 35.301,47 Julho: R\$ 33.014,62 Agosto: R\$ 33.014,62 Setembro: R\$ 33.014,62 Outubro: R\$ 36.374,25 Novembro: R\$ 40.243,54 Dezembro: R\$ 33.089,68 Total: R\$ 430.205,78
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.	Balanço Patrimonial – BALPAT; Inventário de Bens Móveis – INVMOV; Inventário de Bens imóveis – INVIMO; Inventário de Bens Intangíveis - INVINT	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Saldo de valores da classe dos bens móveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – com os inventários BALPAT são idênticos ao saldo total dos valores atualizados constante do Inventário Anual de bens móveis – INVMOV.	Período Analisado: 12 meses Valor total dos Bens Móveis: R\$ 111.700,47
1.3.3	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação.	Balanço Patrimonial – BALPAT Extrato Bancário em 31/12/2021	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Conta Corrente Número 340774-9 Agência 0180 Águia Branca/ES BANCO	100%



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Termo de Verificação de Disponibilidade – TVDISP			BANESTES Período analisado: 12 meses	Período analisado: 12 meses
1.3.4	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação.	Termo de Verificação de Disponibilidade - TVDISP; Extrato bancário em 31/12/2021 - EXTBAN Balço Financeiro - BALFIN; Balço Patrimonial - BALPAT; Demonstração dos Fluxos de Caixa - DEMFCA	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Conta Corrente Número 3407749 Agência 0180 Águia Branca/ES BANCO BANESTES Total: R\$ 97.527,15 Período Analisado: 12 meses Não foi identificado ausência de integridade entre os valores evidenciados pelas demonstrações contábeis com os valores registrados no extrato bancário no final do exercício.	Conta Corrente Número 3407749 Agência 0180 Águia Branca/ES BANCO BANESTES Total: R\$ 97.527,15 Período Analisado: 12 meses
1.4.6	Despesas com pessoal – abrangência.	Relatório de Gestão Fiscal - RGF Balancete da Despesa Orçamentária – BALEXOD Verificação se há ocorrência de contratos firmados nessa categoria de despesa.	LC 101/2000, Art.18	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	Conforme evidenciado no Relatório de Gestão Fiscal e através dos Contratos publicados no Portal da transparência da Câmara Municipal de Águia Branca, o Contrato de Prestação de Serviços nº 004/2021, da empresa Wsimon Assessoria Consultoria e Informática Ltda-ME, por ser contrato de terceirização de mão-de-obra em substituição de servidor afastado, não foi	Período Analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					contabilizado como Outras Despesas de pessoal, infringindo o art. 18 da LRF, tendo sido contabilizado como Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.	
1.4.7	Despesas com pessoal limite	Relatório de Gestão – RELGES Relatório de Gestão Fiscal - RGF Balancete da Despesa Orçamentária - BALEXOD	LC 101/2000, arts. 19 e 20	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Gasto com pessoal incluindo encargos sociais: R\$ 1.417.156,78 Percentual dos gastos com folha 3,13% (Limite apurado) Limite Máximo: 6% Total: R\$ 2.715.876,03	Total de gasto anual com pessoal: R\$ 1.417.156,78 Período Analisado: 12 meses
1.4.8	Despesas com pessoal - descumprimento de limites nulidade do ato	Relatório de Gestão - RELGES PESS Atos publicados no Portal da Transparência	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	Não foram constatados atos normativos que geraram aumento de despesas com pessoal no exercício de 2021.	Período Analisado: 12 meses Percentual dos gastos com folha 3,13% (Limite apurado)
1.4.10	Despesas com pessoal prudencial vedações	Relatório de Gestão – RELGES Relatório de Gestão Fiscal - RGF Balancete da Despesa Orçamentária - BALEXOD	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	Conforme análise do limite apurado, observou-se que as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF não se aplicam a Câmara Municipal de Águia Branca/ES.	Limite Máximo: 6% Total: R\$ 2.715.876,03 Limite Apurado: 3,13% R\$ 1.417.156,78 Limite Prudencial: 5,70% R\$ 2.580.082,23



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite providências /Medidas de contenção	Relatório de Gestão – RELGES Relatório de Gestão Fiscal - RGF Balancete da Despesa Orçamentária – BALEXOD	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	Não ocorreu extrapolação do limite de despesas com pessoal previsto no art. 20 da LRF.	Período Analisado: 12 meses Limite Máximo: 6% Total: R\$ 2.715.876,03 Limite Apurado: 3,13% R\$ 1.417.156,78
1.4.12	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	Lei nº 1.605/2020 – LOA Lei nº 1.581/2020 - LDO BALEXOD	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.	Em análise as leis orçamentárias, apesar de prévia dotação orçamentária na LOA, e autorização na LDO, não há ocorrência de expansão de despesas com pessoal a título de concessão, criação ou aumento de remuneração de pessoal.	Período Analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.4.13	Poder Legislativo Municipal despesa com folha de pagamento	Relatório de Gestão – RELGES Balancete da Despesa Orçamentária - BALEXOD Relatório de Gestão Fiscal – RGF Decreto Administrativo 001/2021	CRFB/88, art. 29-A, §1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	Valor total com Folha de Pagamento: R\$ 1.114.831,02 Limite Apurado: 67,53% Limite Máximo: 70% R\$ 1.155.471,91	Anual Período Analisado: 12 meses
1.4.17	Despesas com pessoal dos vereadores fixação	FIXSUB - Decreto Administrativo nº 001/2021	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.	Decreto nº 001/2021 de Reajuste do subsídio dos Vereadores para adequar ao limite constitucional, tendo em vista a redução aplicada pelo Decreto Administrativo 01/2017 Vereador: Subsídio de R\$ 3.500,00 Vereador Presidente: Subsídio de R\$ 4.000,00	Decreto nº 001/2021 Vereador: Subsídio de R\$ 3.500,00 Vereador Presidente: Subsídio de R\$ 4.000,00 Deputado Estadual: Subsídio de R\$ 25.322,25 Limite Máximo: 20% Limite Apurado: 13,82% (Vereador) 15,79% (Vereador Presidente) Período Analisado: 12 meses
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos Vereadores - pagamento	FIXSUB - Decreto Administrativo nº 001/2021	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	Decreto nº 001/2021 de Reajuste do subsídio dos Vereadores para adequar ao limite constitucional, tendo em vista a redução aplicada pelo Decreto Administrativo 01/2017 Vereador: Subsídio de R\$ 3.500,00 Vereador Presidente: Subsídio de R\$ 4.000,00	Decreto nº 001/2021 Vereador: Subsídio de R\$ 3.500,00 Vereador Presidente: Subsídio de R\$ 4.000,00 Deputado Estadual: Subsídio de R\$ 25.322,25 Limite Máximo: 20% Limite Apurado: 13,82% (Vereador) 15,79% (Vereador Presidente) Período Analisado: 12 meses
1.4.19	Despesas com pessoal remuneração	RELGES Portal da	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração	RCL= R\$ 45.264.600,47	RECEBIMENTO TOTAL ANUAL DOS VEREADORES:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	vereadores	transparência da Câmara Municipal de Água Branca		dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	<p>Gasto total anual com o subsídio dos Vereadores: R\$ 379.500,00</p> <p>Percentual de gastos com subsídio dos Vereadores em 0,83%, respeitando o limite legal de 5%</p>	<p>ALTAIR ANDREA POLEZ R\$41.500,00</p> <p>AMARILDO FRANSKOVIASK R\$41.500,00</p> <p>ANTONIA APARECIDA CASSUNDE DE OLIVEIRA R\$41.500,00</p> <p>FLORESMIL BARBOSA FIUZA R\$41.500,00</p> <p>GEOVANE NICHIO RONCONI R\$41.500,00</p> <p>JOSÉ CARLOS PARANHO R\$41.500,00</p> <p>LENILSON DA FONSECA LACERDA R\$47.500,00</p> <p>MARTA MARIA ALVES DA SILVA FARIAS R\$41.500,00</p> <p>WALACE ANTONIO DA SILVA SOUZA R\$41.500,00</p> <p>Total: R\$ 379.500,00</p>
1.4.20	Poder Legislativo Municipal despesa total	Relatório de Gestão – RELGES; BALEXOD – Balancete da despesa orçamentária; Tabela de transferência de Recursos Financeiros da Prefeitura Municipal de Água Branca para a Câmara Municipal de Água Branca;	CRFB/88, art. 29- A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art.153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	<p>Despesa Total da Câmara: R\$1.609.302,31</p> <p>Percentual definido pelo artigo 29-A da CRFB/88 de 7%</p> <p>Receita Tributária: R\$ 23.581.061,64</p> <p>Transferência de Duodécimo R\$ 1.650.674,16</p> <p>Valor Máximo Permitido: R\$ 1.650.674,31</p>	<p>Constatou-se que o valor total das despesas do Poder Legislativo Municipal (R\$1.609.302,31) estão abaixo do limite máximo permitido (R\$ 1.650.674,31) em acordo com o mandamento constitucional.</p> <p>Período Analisado: 12 meses</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.5.1	Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE	Documentos que compõe a PCA 2021 enviada ao Controle Interno em 23.02.2022	IN regulamentador a da remessa de prestação de contas	Avaliar de os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	PCA 2021 enviada ao Controle Interno em 23.02.2022, com todos os arquivos anexados e em conformidade com as exigências da IN 68/2020 e suas alterações do TCEES	PCA 2021 enviada ao Controle Interno em 23.02.2022, com todos os arquivos anexados e em conformidade com as exigências da IN 68/2020 e suas alterações do TCEES
2.2.11	Execução de despesas – créditos orçamentários	Demonstrativo dos Créditos Adicionais – DEMCAD Balancete da Despesa orçamentária - BALEXOD	CRFB/88, art. 167, II	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	Dotação aprovada: R\$1.910.000,00 Total empenhado: R\$1.596.972,31 Total liquidado: R\$1.596.972,31 Total pago: R\$1.596.972,31 %Execução: 83,61%	Total da Despesa Executada no período de 12 meses Não há ocorrência de créditos adicionais e especiais no exercício de 2021. O orçamento suportou a realização de todas as despesas previstas.
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	LOA – Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1605/2020) Demonstrativo dos Créditos Adicionais – DEMCAD Balancete da Despesa orçamentária - BALEXOD	CRFB/88, art. 167, II	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Dotação aprovada: R\$1.910.000,00 Total empenhado: R\$1.596.972,31 Total liquidado: R\$1.596.972,31 Total pago: R\$1.596.972,31 %Execução: 83,61%	Não há ocorrência de abertura de créditos adicionais e especiais no exercício de 2021. O orçamento suportou a realização de todas as despesas previstas.
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	CRONOS Decreto nº 0014/2020 JUSTCRO Portal da Transparência – Listagem da Ordem Cronológica de pagamentos.	Lei 8666/93, art. 5º e 92, c/c CRFB/88, art.37	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Nota Explicativa informando que a Câmara Municipal de Águia Branca, obedeceu fielmente a ordem cronológica dos pagamentos das despesas no exercício de 2021.	Período analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.2.29	Déficit orçamentário medidas de contenção	LIMITA Balancete de Execução Orçamentária - BALEXOD	LC 101/2000, art.9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Não há ocorrência de déficit orçamentário no exercício de 2021, não sendo necessário a expedição de atos de limitação de empenho e movimentação financeira, uma vez que o orçamento comportou a realização de todas as despesas.	Período Analisado: 12 meses
2.5.7	Servidores cedidos	DECLCEDI – Declaração do ordenador de despesas que o mesmo repassou integralmente todas as contribuições previdenciárias dos servidores cedidos.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Não há ocorrência de servidores cedidos da Unidade Gestora para outros entes no exercício de 2021.	Período Analisado: 12 meses
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	DOCSPCA	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Declaração do Chefe do Poder Legislativo no exercício de 2021, informando que não houve contratação temporária de pessoal.	Período Analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

QUADRO DE PESSOAL

No exercício do ano de 2021 para as atividades da CGM – Controladoria Geral do Município, a Unidade Central de Controle Interno, contou com o total de 03 (servidores), sendo 01 (um) Controlador Geral do Município, e 01 (um) Coordenador Técnico de Auditoria e um 01 (um) Auditor Público Interno efetivo.

Nesse sentido, ao final do ano de 2021, a Unidade Central encerrou suas atividades com o seguinte quadro de servidores, conforme relação abaixo:

Funções	Vagas	2021
Controlador Geral	1	1
Coordenador técnico de Contabilidade	1	0
Coordenador técnico de Auditoria	1	1
Auditor Público Interno	2	1
TOTAL DE SERVIDORES.....	05	03

Atualmente, a Controladoria Geral do Município apresenta uma melhora no déficit do quadro de servidores, tendo em vista que, com a mudança de Gestão Municipal, e posse do Prefeito Municipal atual, foram mantidos no Setor o total de 03 (três) vagas preenchidas conforme demonstração acima.

Outrossim, apesar do preenchimento das referidas vagas, a alta demanda do exercício de 2021 prejudicou a execução completa das atividades do PAAI/2021, principalmente em razão do Auditor Público Interno, com formação em Ciências Contábeis cumprir carga horária semanal de 20h (vinte horas), insuficiente a atender as finalidades e demandas oriundas das Unidades Gestoras.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2021

Considerando as atividades desenvolvidas na Unidade Central de Controle Interno – UCCI no ano de 2021, ressalta-se a ocorrência do cumprimento parcial das atividades previstas no PAAI/2021, tendo em vista, como mencionado acima, a alta demanda da Unidade Central de Controle Interno, bem como a disposição de 01 (um)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Auditor Público Interno efetivo com formação em Ciências Contábeis com carga horária semanal de 20h (vinte horas).

2.1 Auditoria Interna executada

Os procedimentos de Auditoria integram como fonte principal as demandas da Controladoria Municipal. É notório destacar que, a presença do Auditor Público Interno é imprescindível para realização de Auditorias de natureza contábil nas Unidades Gestoras.

Partindo da análise do **Cronograma de Auditorias e Atividades do Controle Interno no exercício de 2021**, destacamos que foram previstas, 09 (nove) Auditorias a serem realizadas no exercício de 2021, contudo, em razão das demandas oriundas do Tribunal de Contas Estadual, do Ministério Público Estadual e da Secretaria de Estado de Controle e Transparência, somente foram executadas 04 (quatro) Auditorias, sendo necessário, além das previstas, a abertura de 04 (quatro) Auditoria Extraordinárias, em razão das demandas de órgãos de controle externo, totalizando a abertura de 08 (oito) Auditorias no exercício de 2021, sendo 01 (uma) Auditoria Extraordinária pendente de elaboração de Relatório, conforme transcreve abaixo:

AUDITORIAS INICIADAS EM 2021		
1) Auditorias do PAAI/2021 – 04 Auditorias executadas		
2) Auditorias Especiais Extraordinárias – 04 Auditorias executadas		
(Obs: 01 Auditoria pendente de Relatório)		
IDENTIFICAÇÃO	OBJETO	SITUAÇÃO
Processo nº 2265/2021	Auditoria Extraordinária para averiguação das inconsistências do Banco de Dados do público imunizado – Vacinação da Covid-19 (período de 18/01/2021 a 12/05/2021)	Concluído
Processo nº 2551/2021	Auditoria Extraordinária para averiguação das inconsistências do Fundo Municipal de Saúde e da Prefeitura Municipal de Águia Branca no Portal da Transparência do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Águia Branca	Concluído
Processo nº 2552/2021	Auditoria Extraordinária para averiguação das inconsistências no Portal da Transparência do sítio	Concluído



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	eletrônico da Câmara Municipal de Águia Branca	
Processo nº 3256/2021	Auditoria Extraordinária para Avaliação do Sistema de Registro de Ponto dos Servidores lotados no Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca/ES	Em andamento
Processo nº 4619/2021	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Águia Branca	Concluído
Processo nº 4620/2021	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se as contratações por Dispensa e Inexigibilidade de Licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24, 25 e 26 da Lei 8666/93 Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde	Concluído
Processo nº 4621/2021	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar o pagamento tempestivo das obrigações previdenciárias – parte patronal. Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca	Concluído
Processo nº 4622/2021	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho. Unidade Gestora: Câmara Municipal de Águia Branca	Concluído

Ressalta-se que, no tocante a Câmara Municipal de Águia Branca, foi realizada 01 (uma) Auditoria Extraordinária, referente ao Portal da Transparência, e 01 (uma) Auditoria Interna Governamental de Conformidade de natureza contábil referente aos itens de abordagem prioritária – 1.1 - Gestão fiscal, financeira e orçamentária, selecionando o ponto de controle 1.1.2 – Despesa – realização sem prévio empenho, da Tabela Referencial 01 da IN 68/2020 e suas alterações do TCEES, conforme transcrevo resumo abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ação de Auditoria 003/2021 - Auditoria Especial Extraordinária

Objetivo de auditoria: Averiguar indícios de inconsistências detectados no espelho de publicações do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Água Branca, fornecido pela Empresa E&L Produções de Software Ltda.

Equipe de Auditoria: Fabiane Dallafina Matosak Guaresqui – Auditor Público Interno

Heloisa de Resende Viana – Coordenador Técnico de Auditoria

Prazo: 30 de setembro de 2021.

Código	Objeto	Achados	Proposições /Alertas	Situação
-	Auditoria de verificação do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Água Branca	Ausência de publicações em diversos campos do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Água Branca.	Recomenda-se que sejam adotadas medidas para adequar, alimentar e atualizar as informações pendentes de publicação no Portal da Transparência, criando rotinas, por parte dos servidores designados à alimentação do sistema.	Foram corrigidas as inconsistências apontadas e o sistema do Portal da Transparência está sendo alimentado periodicamente pelos responsáveis.

Ação de Auditoria 002/2021 do PAAI 2021 – Auditoria Governamental de Conformidade

Objetivo de auditoria: Avaliar se foram realizadas despesas sem a emissão de prévio empenho.

Equipe de Auditoria: Fabiane Dallafina Matosak Guaresqui – Auditor Público Interno

Heloisa de Resende Viana – Coordenador Técnico de Auditoria

Prazo: 31 de dezembro de 2021

Código	Objeto	Achados	Proposições /Alertas	Situação
1.1.2	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar o ponto de controle: Despesa – realização de emissão sem prévio empenho	Não foram detectados Achados com distorções relevantes. Nível de Confiança de 99% de conformidade das despesas empenhadas.	Recomendação a Câmara Municipal que se abstenham de autorizar a realização de despesa sem o prévio empenho; Recomendação de adoção de emissão de empenho por estimativa em relação às despesas com tarifas bancárias; Alerta para adoção de procedimentos quanto a rotina de assinatura de todos os Responsáveis nas fases do processo de despesa.	Atendido. Justificativa de que tomará as providências cabíveis para correção das inconsistências apontadas.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.2 Análises Técnicas e Outros procedimentos realizados

Consoante a análise dos demais procedimentos realizados pela Unidade Central de Controle Interno no exercício de 2021, pautados no cumprimento das Leis Municipais, Constituição Federal 1988, Instrução Normativa 68/2020 do TCEES 28/2013 e Resolução nº 227/2011 TCEES e demais disposições legais aplicáveis, no tocante aos procedimentos adotados pelo Controle Interno no ano de 2021, foram expedidas diversas Recomendações e Alertas ao Poder Legislativo Municipal, conforme os Ofícios e Orientações Técnico Jurídicas, citados abaixo:

- OFÍCIO/CGM/008/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto a Comunicação dos Prazos Cidades – PCA/PCM 2021, conforme IN 68/2020 e alterações do TCEES;
- OFÍCIO/CGM/013/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto a Comunicação dos Prazos Cidades – envio de Remessa de Folha de Pagamento, conforme IN 68/2020 e alterações do TCEES;
- OFÍCIO/CGM/020/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto ao envio de Remessa Contratação no CidadES, conforme IN 68/2020 e alterações do TCEES;
- OFÍCIO/CGM/047/2021 de orientação e alerta acerca da publicação da Nova Lei de Licitações e Contratos administrativos – Lei 14.133/2021;
- OFÍCIO/CGM/080/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto a implantação do e-social;
- OFÍCIO/CGM/091/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto a nomeação de servidor responsável pelo envio de Remessa Contratação no CidadES;
- OFÍCIO/CGM/099/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto à adesão ao Programa e-PREVENÇÃO;
- OFÍCIO/CGM/105/2021 de solicitação de informações para Questionário de levantamento – projeto prioritário – parecer prévio reconhecido e transparente do TCEES;
- OFÍCIO/CGM/121/2021 de comunicação quanto à participação na implantação do Regime de Previdência Social Complementar (RPC);



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- OFÍCIO/CGM/134/2021, OFÍCIO/CGM/164/2021, OFÍCIO/CGM/177/2021 de comunicação e orientação quanto as alterações referentes a Remessa de Folha de Pagamento, em conformidade com a IN 68/2020 do TCEES;
- ORIENTAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA nº 002/2021 referente à Observância da Ordem Cronológica de pagamentos;
- ORIENTAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA nº 003/2021 referente à realização de Audiência Pública de Avaliação de Metas Fiscais;
- ORIENTAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA nº 004/2021 referente a Devolução do Saldo Remanescente de Duodécimo.

Ressalta-se ainda, que a Controladoria Geral do Município emitiu 01 (um) parecer com a finalidade de avaliar o processo de Aposentadoria de servidor da Câmara Municipal de Águia Branca, com base na Instrução Normativa Municipal SPP - 03/2015, iniciado pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca.

No mais, a Controladoria Geral do Município acompanhou o processo de instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC), notificando os Responsáveis, bem como participando de reunião realizada, com os servidores públicos municipais, com a participação do Instituto de Previdência, Câmara Municipal e Sindicato dos Servidores Públicos Municipais – SISPMAB para apresentação do tema de Regime de Previdência Complementar, seu conceito, aspectos, vantagens e desvantagens para a formação de grupo de trabalho no intuito de contribuir com a implementação do RPC, que culminou na aprovação da Lei Municipal nº 1.658/2021.

2.3 Departamento de Controle Interno e Atividades Permanentes

No ano de 2021, consubstancia-se, apenas, a atualização da **Instrução Normativa SCI 06/2021 – Manual de Auditoria Interna**, a fim de adequar e subsidiar os procedimentos de auditoria a serem desenvolvidos pela Controladoria Geral do Município de Águia Branca.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.4 Acompanhamento do Processo de Prestação de Contas Anual

A Controladoria Geral examinou os documentos, que compõem a Prestação de Contas Anual relativo ao exercício financeiro de 2021 da Unidade Gestora da Câmara Municipal, de Presidência do Exmo. Lenilson da Fonseca Lacerda.

Denota-se que o exame teve por objetivo, o apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, avaliando os resultados, quanto à eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara Municipal de Águia Branca, em face ao cumprimento da Norma Constitucional prevista nos arts. 70 e 74 da CRFB/88 combinado com o art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000, e consoante as determinações contidas na Instrução Normativa 68/2020, resultando nos Relatórios e Parecer Conclusivo do Órgão Central do Controle Interno, RELUCI, RELACI e INFOCI, que obrigatoriamente, compõe a Prestação de Contas.

2.5 Do Acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF

Uma das atribuições da Controladoria é exercer o acompanhamento sobre os limites constitucionais, previstos na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000, e neste sentido, a Controladoria realizou a conferência dos dados contidos nos relatórios contábeis para efeito de apuração da RCL da Despesa Líquida de Pessoal e apuração do Limite Legal referente ao período anual de 2021.

Quanto à publicação do Relatório de Gestão Fiscal, o art. 54, caput, e o art. 55, § 2º, ambos da Lei Complementar 101/2000 definiram a periodicidade e o prazo para publicação do Relatório de Gestão Fiscal.

De acordo com Monitoramento realizado ao longo do exercício de 2021, constatou-se a divulgação dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) dentro dos prazos legais, conforme tabela a seguir:

Referência	Meio de Divulgação	Data Limite para Publicação	Data da Publicação	Republicação
1º Semestre	Jornal de grande circulação Quadro de Avisos da Câmara Municipal de Águia Branca Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca	30/07/2021	24/07/2021	N



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2º Semestre	Jornal de grande circulação Quadro de Avisos da Câmara Municipal de Águia Branca Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca	30/01/2022	29/01/2022	N
--------------------	--	------------	------------	---

Fonte: Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca; Jornal "O Noticiário".

Portanto, no decorrer do exercício do ano de 2021, não se demonstraram necessárias, quaisquer orientações da Controladoria Geral do Município atinentes a gestão fiscal.

2.6 Acesso a Informação

A Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, tem a finalidade de garantir o acesso aos usuários às informações públicas previstas no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal.

Visando a implementação do acesso à informação no âmbito do Poder Executivo e Legislativo nos Municípios e seus demais entes, foi publicada Lei Ordinária Municipal nº 1.356, de 21 de julho de 2016, que regulamentou os procedimentos a serem adotados para assegurar o direito fundamental de acesso à informação no âmbito do Município de Águia Branca.

Com o advento da Lei Municipal, passou a ser uma das atribuições da Controladoria Geral do Município a divulgação e orientações aos gestores públicos e municipais sobre as medidas necessárias para, não só ser efetiva a implementação dessa Lei, bem como para buscar outros mecanismos efetivos ao cumprimento dos dispositivos, tais como, o atendimento de demandas através dos canais de acesso ao cidadãos disponíveis no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Águia Branca.

O marco inicial do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), no município de Águia Branca/ES, iniciou-se em 21 de julho de 2016 pela Lei nº 1.356/16 e se efetivou no sistema online no ano de 2017, possibilitando ao cidadão solicitar informações para a Prefeitura e a obtê-las nos prazos previstos em lei.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

A plataforma virtual (e-SIC) destinada a pedidos de informação permitiu que qualquer pessoa física ou jurídica encaminhasse pedidos de acesso à informação para a Prefeitura Municipal de Águia Branca e Câmara Municipal de Águia Branca.

Além disso, em maio de 2019, o Município de Águia Branca, através do Decreto nº 8.440/2019, regulamentou a criação da Ouvidoria Municipal, órgão ligado diretamente a Controladoria Geral, tendo como âmbito de ação a coordenação e o controle das ações municipais através da relação institucional direta com os munícipes nas questões relativas ao recebimento de sugestões, solicitações reclamações e denúncias acerca dos atos da Administração Pública e suas Unidades Executoras.

No exercício do ano de 2021, todas as solicitações registradas no e-SIC e na e-OUV (ouvidoria) foram atendidas conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Evolução mensal dos números de pedidos de acesso à informação
Ano de 2021

MÊS	Quantidade de Solicitações	Total 2021
Janeiro	10	26 pedido de acesso à informação e/ ou Ouvidoria
Fevereiro	01	
Março	02	
Abril	01	
Maio	0	
Junho	02	
Julho	01	
Agosto	02	
Setembro	03	
Outubro	01	
Novembro	02	
Dezembro	0	

2.7 Portal Transparência

O Portal da Transparência é um instrumento criado para divulgar os dados públicos necessários para o pleno exercício do controle social pelo cidadão. É a ferramenta por meio da qual a sociedade poderá adquirir o conhecimento necessário para o controle das ações de governo, bem como contribuir para a prevenção e combate à corrupção.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Em consulta realizada no Portal da Transparência, o cidadão possui acesso ao detalhamento das informações do legislativo, compras, materiais e bens, receitas, despesas, repasses, contas públicas, pessoal e controle interno.

O referido Portal dispõe de ferramentas de auxílio na utilização do Portal da Transparência como o aumento e redução da fonte, itens de acessibilidade e libras, além de um canal de Perguntas e respostas frequentes.

Denota-se que a Controladoria Geral do Município executou trabalhos de Auditoria no Processo nº 2552/2021 com vistas a possibilitar a melhoria do comprometimento do Poder Legislativo Municipal em zelar pela transparência em sua gestão e possibilitando o aumento do Índice de Transparência Municipal Eletrônica, garantindo maior controle social por parte dos órgãos de controle, e possibilitando a melhora na publicidade dos dados públicos.

A Auditoria realizada visava averiguar a ausência de publicações no Portal da Transparência do sítio eletrônico da Câmara Municipal, sendo expedido, **RECOMENDAÇÃO** com a finalidade de que a Unidade Gestora adotasse medidas de adequação, alimentação e atualização das informações pendentes de publicação no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca – ES, bem como para orientar a criar rotinas, por parte dos servidores designados para a correta alimentação do sistema, mantendo-o atualizado, o que foi prontamente atendido pela UG, que corrigiu as inconsistências e adotou medidas periódicas de alimentação do sistema.

2.8. Treinamentos dos Servidores da CGM

No exercício de 2021, a Equipe da Unidade Central de Controle Interno participou de diversos Cursos de Capacitação, conforme se menciona a seguir:

- Curso prático de análises e auditorias que subsidiam a elaboração dos relatórios de controle interno a enviar em 2021 ao TCEES na PCA, realizado nos dias 25.02.2021 e 26.02.2021 em Vitória/ES, totalizando 16 horas/aula, ministrado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- Webinar: A Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021) e suas principais inovações, realizado em 20.04.2021 (online), totalizando 03 horas/aulas, ministrado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Curso de Controle Interno, Auditoria e Certificação da Prestação de Contas Anual, realizado nos dias 23.08.2021 a 27.08.2021 (online), totalizando 20 horas/aula, ministrado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Participação no II Fórum de Controle Interno – XV Reunião técnica, realizada nos dias 26.08.2021 e 27.08.2021 na Serra/ES, ministrado pela FECONTEs;
- Curso da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD: Os primeiros passos para regulamentar e implantar nos municípios, realizado nos dias 28.09.2021 e 29.09.2021 em Vitória/ES, totalizando 16 horas/aula, ministrado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST;
- Curso de Auditoria em Folha de Pagamento, realizado nos dias 13.11.2021, 14.11.2021, 15.11.2021, 18.11.2021 e 19.11.2021 (online), totalizando 20 horas/aula, ministrado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Curso da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, realizado nos dias 22.11.2021 e 23.11.2021, totalizando 16 horas/aula em Nova Venécia/ES, ministrado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST;
- Curso de Elaboração de Estudos Técnicos Preliminares para Licitações e Elaboração de Termo de Referência, realizado nos dias 24.11.2021 e 25.11.2021 em Nova Venécia/ES, totalizando 16 horas/aula, ministrado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST;

3. TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS NA UNIDADE GESTORA

COD	PONTO DE CONTROLE	Base legal	INFORMAÇÕES ANALISADAS	PROCEDIMENTO A SER ADOTADO	Universe do Ponto de Controle ³	Amostra Seleccionadas



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

COD	Achados	Proposições/Alertas	Situação

OBS: NÃO HÁ OCORRÊNCIA NO EXERCÍCIO DE 2021.

**4. ATENDIMENTOS AO TRIBUNAL DE CONTAS CONTROLE EXTERNO,
FISCALIZAÇÃO E LEVANTAMENTO**

Quanto aos atendimentos realizados pela Unidade Central de Controle Interno, denota-se inicialmente, que se encontra em andamento no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo o Processo 03524/2017-6 referente à Fiscalização da Secretaria Municipal de Finanças no Município de Águia Branca decorrente de Auditoria realizada pelo TCEES na Administração Tributária dos Municípios do Estado do Espírito Santo no ano de 2017, que apurou indícios de irregularidades no Setor da Tributação.

Vale mencionar que, a Controladoria Geral depois de realizados os levantamentos na Secretaria Municipal de Finanças, elaborou PLANO DE AÇÃO no ano de 2017, que foi encaminhado ao TCEES no intuito de adotar medidas e os respectivos resultados para sanar as irregularidades na Área de Administração Tributária Municipal.

Por conseguinte, o TCEES aprovou o PLANO DE AÇÃO apresentado pelo Controlador Geral Municipal do exercício do ano anterior, sendo proposto pelo TCEES que a Controladoria Geral do Município proceda ao monitoramento do cumprimento do presente Plano de Ação e encaminhamento ao referido Tribunal quanto aos resultados obtidos.

Ante o exposto, consoante análise do referido Plano, em razão dos prazos vencidos e da mudança de Gestor, foi realizado protocolo junto ao TCEES, encaminhando um novo PLANO DE AÇÃO reestruturado, com novos prazos e indicando o cumprimento das ações concluídas até o exercício de 2021.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Além disso, quanto aos Questionários encaminhados pelo TCEES no ano de 2021, todos foram devidamente respondidos a fim de contribuir com os levantamentos e fiscalizações desse órgão de Controle Externo.

Assevera-se ainda, que, quanto as demandas encaminhadas pelo TCEES ao Controle Interno, se destaca:

- Fiscalização de acompanhamento da regularidade das Folhas de pagamento no exercício de 2021 – TC 3411/2021-4;
- Notícia de irregularidade TC nº 00415/2021-1 para apurar a necessidade da Aquisição de Livros “Coronavírus: Todos Juntos no Combate!” pela Unidade Gestora – Fundo Municipal de Saúde;
- Recomendação para instituição do Regime de Previdência Complementar – RPC pelo Poder Executivo Municipal.

5. ATENDIMENTO AS DEMANDAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

No tocante as demandas do Ministério Público Estadual, o órgão de Controle Interno atende as solicitações encaminhadas a cargo de fiscalização e apoio ao controle externo ministerial.

Desse modo, alcançam destaque a demanda referente a Adesão ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (e-PREVENÇÃO), e a demanda referente a solicitação de abertura de AUDITORIA no Sistema de Registro de Ponto dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde, que se encontra em fase de ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos levantamentos realizados pelo Controle Interno, e das documentações e informações prestadas, ponderou-se que as atividades relacionadas a Câmara Municipal de Águia Branca a serem desenvolvidas pelo Controle Interno no ano de 2021 através do PAAI/2021 e da análise dos itens de controle da IN 68/2020 do TCEES, foram desenvolvidas de acordo com a disponibilidade de execução dos trabalhos do Controle Interno.

Para o exercício de 2022, as ações da Controladoria Geral do Município – CGM serão voltadas para a continuidade da reestruturação da UCCL, visando ainda a



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

implantação ao órgão do Poder Legislativo Municipal das inovações da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

Além disso, a CGM estará buscando conhecimento através da capacitação dos seus servidores no intuito de aprimorar as atividades desempenhadas pelo Controle Interno, com a formulação de metas e análise de matriz de risco para os anos subsequentes.

Ademais, a CGM fará ações para a implementação efetiva de Normas de procedimentos administrativos, visando à padronização e o cumprimento dos regramentos estabelecidos pelas legislações vigentes no tocante ao cumprimento das exigências deste Tribunal de Contas Estadual.

Águia Branca/ES, 22 de março de 2022.

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 - Decreto nº 9.245/2021